

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 685915 - SP (2015/0065517-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : BANDEIRANTE ENERGIA S/A
ADVOGADOS : GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO - SP186458
LAIS SANTOS COELHO GOMES E OUTRO(S) -
SP304070
AGRAVADO : SPAMPLAST EMBALAGENS LTDA
ADVOGADO : ELIZEU CARLOS SILVESTRE E OUTRO(S) -
SP086406

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. COMPROVAÇÃO DE FRAUDE DO MEDIDOR. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284/STF. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRADO INTERNO DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A interposição do Recurso Especial, com fundamento na alínea *c* do art. 105, III da Constituição Federal, impõe ao recorrente o cabal preenchimento dos requisitos legais e regimentais, de sorte que o dissenso interpretativo dever vir comprovado por meio de certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, devendo ser mencionadas as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos em confronto, nos termos dos arts. 541, parág. único do CPC/1973 (art. 1.029, § 1o. do Código Fux) e 255, §§ 1o. e 2o. do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

2. Na hipótese, além da ausência de indicação expressa de qual dispositivo legal teria sido alvo da divergente interpretação, o que atrai o óbice da Súmula 284/STF, não foi efetivado o indispensável cotejo analítico entre as decisões confrontadas.

3. Agravo Interno da Empresa concessionária de serviço público desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

